ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Escola do Legislativo
Dep. Lício Mauro da Silveira

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA

Professora Eneida Desiree Salgado

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Deputado Mauro de Nadal

1º Vice-Presidente: Nilso Berlanda
2º Vice-Presidente: Kennedy Nunes
1º Secretário: Ricardo Alba
2º Secretário: Rodrigo Minotto
3º Secretário: Padre Pedro Baldissera
4º Secretário: Laércio Schuster

Presidente da Escola do Legislativo
Deputada Marlene Fengler

Coordenadora da Escola do Legislativo
Adeliana Dal Pont

PROJETO DA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO
Alciléa Medeiros Cardoso: Assessoria Pedagógica
Aline Covolo Ravara: Qualificação Profissional
José Motta P. Filho: Secretaria Acadêmica
Juliana E. Bassetti: Comunicação
Laura J. Andrade Correa: Pesquisa e Produção do Conhecimento
Lyvia Mendes Correa: Ensino a Distância
Paulo Wilpert: Formação Política
Rubia Esbrólio: Políticas Públicas e Inclusão

EQUIPE ENVOLVIDA NA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES
Paulo C. Wilpert: organização, produção e articulação
Marianne dos Santos: organização e produção
Alciléa M.Cardoso: assessoria pedagógica e técnica
Aline C. Ravara: produção, mediação e apresentação
Laura Correa: organização do material didático e apoio à mediação
Juliana E. Bassetti: material para divulgação
José Motta P. Filho: secretaria e apoio técnico
Lyvia Mendes Correa: produção e apoio técnico
Ana Carolina E. Garcia: secretaria
Marina S. de Assis: secretaria
Hedymara Bombassaro: apoio técnico
Mariana B. Teodosio: apoio a organização
Maria Eduarda W. Lemes: capa do material
Ângela Bez: revisão textual

Elaboração do conteúdo ministrado e do material didático
Profª Doutora Eneida Desiree Salgado

SUMÁRIO

1. NÓS, MULHERES 3
2. O LUGAR DAS MULHERES 4
3. NÓS NO ESPAÇO PÚBLICO 5
4. CONSIDERAÇÕES E AÇÕES: E DAÍ, O QUE FAZER? 12
5. SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO: PARA SABER MAIS 13
PENSANDO JUNTAS 14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 15
SOBRE A AUTORA (QUEM SOU EU) 16

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA

Profª Doutora Eneida Desiree Salgado

1. NÓS, MULHERES

Desde que a ideia de igualdade veio trazida pela modernidade, não se aceita que seja natural que alguém governe ou que o fato de ter nascido em determinada família (e em primeiro lugar) autorize o exercício do poder político sobre as demais pessoas. Isso, pelo menos em teoria. Na prática, no dia a dia da nossa política, vemos que nascer em uma família específica parece trazer vantagens na disputa eleitoral e – o que é mais preocupante ainda – que algumas pessoas ainda acreditam que o exercício do poder político é mais natural para os homens.

Essa ideia de que há um conjunto de características que nascem com as mulheres, que derivam do simples fato de serem mulheres, também vai gerar efeitos para além da política. A responsabilidade pelo cuidado – das filhas e dos filhos, das pessoas idosas, das pessoas doentes, da casa – é um reflexo disso. Ninguém pergunta para um homem quem está cuidando do seu bebê quando ele está em uma atividade política e (quase) ninguém critica um homem quando a casa está bagunçada ou quando está faltando algo na geladeira.

Neste módulo, a ideia é provocar um novo olhar sobre a posição das mulheres na sociedade e na política, pensarmos juntas em por que é assim e como podemos agir para modificar o estado das coisas. Por que ainda se estranha quando uma mulher ocupa uma posição de poder? Por que parece haver pouco ou nenhum incentivo à ação conjunta de mulheres? Quais os reflexos disso para a política, para os direitos, para a economia, para o mundo do trabalho e para a sociedade? O que pode ser feito para reduzir essa desigualdade? É sobre isso que vamos conversar neste módulo.

2. O LUGAR DAS MULHERES

Vocês já pensaram em como há espaços de socialização para homens e como para as mulheres isso é muito mais difícil? O que seria – em tempos sem pandemia, obviamente – o equivalente feminino do “futebolzinho” de sábado ou de terça à noite, seguido de churrasco e cerveja, ou, ainda, aquele jogo de cartas só para homens?

A maneira como a sociedade foi pensada, por homens, obviamente, destinou-nos o lugar do cuidado. E o cuidado nos exige o tempo todo. Não há intervalo para o cuidado. Mesmo quando as exigências econômicas levaram à abertura das portas do mundo do trabalho para as mulheres, o dever de cuidado foi mantido. E, de uma maneira muito contraditória, a remuneração das mulheres por seu trabalho é menor do que a dos homens. Assim: as mulheres que, por imposição social, cumulam o trabalho com o dever de cuidado (o que chamamos de dupla jornada) recebem menos por seu trabalho formal.

A combinação desses fatores leva a mais obstáculos para o desenvolvimento pessoal, seja pela realização de cursos, pela participação em movimentos sociais, pela socialização em espaços de lazer. Muitas vezes parece que as mulheres servem para a manutenção da vida de outras pessoas, como se fossem instrumentos para o desenvolvimento alheio, principalmente de seus maridos e companheiros e de seus filhos. Essa mentalidade acaba por atingir a educação das meninas. Muitas vezes as mães acabam repetindo comportamentos com os quais foram educadas, incentivando a coragem, a assertividade, a força em seus filhos; e mantendo suas filhas com os deveres de cuidado, de docilidade.

Ensinamos que as meninas não devem falar alto, que devem se comportar bem, que devem ter paciência. Dessa maneira, incentivamos as características de liderança apenasquando manifestadas por meninos.

Nada disso é natural. A única diferença natural que existe é a capacidade de geração da vida. Só. Todo o resto é construído social e culturalmente e, portanto, pode ser desconstruído. A mentalidade não vem de coisas como elas naturalmente são. Ela deriva do significado que damos para as coisas, das escolhas que são feitas, do exercício de poder por algumas pessoas sobre as demais.

Meu desafio com vocês vai ser desvelar (tirar o véu) dessas construções sociais. Propor um repensar sobre essas práticas, essas opiniões, essas instituições que aceitamos sem refletir muito, sem nos opormos. E, então, responder ao chamado de Mary Wollstonecraft feito em 1792: “É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformaro mundo” (WOLLSTONECRAFT, [1792] 2016, p. 69).

3. NÓS NO ESPAÇO PÚBLICO

As estruturas sociais, as regras jurídicas e as exigências morais são construções. Durante um tempo, acreditava-se que o funcionamento da sociedade e as leis eram ditadas por uma divindade, segundo leis divinas que não podiam ser descumpridas sob pena de um castigo também divino. Antes disso, havia quem acreditava que a natureza das pessoas era diferente: que algumas eram feitas de ouro, outras de bronze e outras de barro, e que, por isso, tinham lugares diferentes na estrutura social. Houve quem negasse alma às mulheres e às pessoas negras, quem lhes negasse intelecto, e que, portanto, fazia todo o sentido negar-lhes, também, direitos.

Isso se tornou insustentável depois que passamos a ter a razão como medida de todas as coisas. A modernidade inaugurou uma nova forma de entender o mundo, de entender o conhecimento, de fundamentar a política, de justificar o exercício do poder.

Obviamente, essa alteração nas coisas não acontece ao mesmo tempo em todos os lugares. Além disso, em cada lugar a mudança não atinge todas as pessoas de igual forma. Isso se deu em alguns países da Europa, os quais,

enquanto reformavam suas instituições, como o Parlamento, integrando uma ideia de representação mais ampla, tinham colônias, em outros continentes, onde negavam direitos para as pessoas que ali estavam como aconteceu com a relação de Portugal com o Brasil. E, ainda, quando se lutava pelo sufrágio universal, a ideia era incluir homens não proprietários; não entravam nesse "universo" os homens negros (nos Estados Unidos) e as mulheres (em todos os lugares).

Assim, a promessa da modernidade, representada pelo lema da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – não atingiu todas as pessoas. A liberdade não era para todo mundo: a escravidão seguiu em vários lugares, mesmo depois que a razão passou a ser o fundamento do funcionamento das instituições. A igualdade tampouco: a raça, o gênero e a classe continuaram servindo como critérios de negação de direitos, apesar da ideia de igualdade presente na maioria dos textos legais. A fraternidade não teve muito espaço em um sistema fundado na acumulação de riqueza, combinado com a possibilidade de exploração da força de trabalho e com o direito de herança, apesar de alguns grupos sociais terem desenvolvido um espírito comunitário.

No caso brasileiro, tivemos a exclusão das pessoas negras da cidadania até a Proclamação da República. A partir de então, a lei não mais permite nenhuma forma de discriminação de modo a diminuir os direitos e as oportunidades com base na raça. Imagino, no entanto, que ninguém aqui irá negar que há um forte racismo estrutural na sociedade brasileira. A mudança da lei não promoveu uma mudança nas estruturas sociais. O racismo não tem base legal nem base racional, mas a sociedade brasileira ainda é racista.

Um tempo atrás, uma pesquisa nas redes sociais chamou muito a minha atenção a partir de uma pergunta muito simples: o que você faria se o racismo acabasse hoje? As respostas foram chocantes. Coisas que a gente nem percebe: entrar com mochila em um supermercado, andar de chinelo na rua, andar com a mão no bolso do casaco em uma farmácia, passar tranquilamente ao lado de um módulo policial... Naquele momento me dei conta de como a sociedade trata as pessoas de maneira diferente a partir de sua cor.

Puxando para o nosso tema, vamos pensar juntas: o que você faria se você não fosse mulher? Ou, ainda, o que você não deixaria de fazer se você fosse homem? Imagino que, rapidamente, podemos reunir várias coisas, muitos comportamentos, várias liberdades que nos são negadas. E como são negadas? A lei não nos nega, a natureza não nos limita, mas, ainda assim, não fazemos uma série de coisas.

Essa diminuição na nossa esfera de liberdade, que decorre de construções sociais, impacta diretamente no nosso lugar na sociedade e na política. Retomando o início deste ponto, vou trazer um exemplo histórico para vocês, que é tratado por Michelle Perrot. A historiadora parte do que estamos falando, dos deveres impostos às mulheres e das restrições aos seus direitos, do controle sobre as mulheres pela atribuição de responsabilidades pela casa, pelas crianças e pelas pessoas idosas. Mas vai mostrar a existência de um espaço de convivência das mulheres, com a troca de experiências e a construção de uma rede de apoio: o lavadouro. Diz a pesquisadora:

> É que o lavadouro é para elas muito mais do que um lugar funcional onde se lava a roupa: um centro de encontro onde se trocam as novidades do bairro, os bons endereços, receitas e remédios, informações de todos os tipos. Cadinhos do empirismo popular, os lavadouros são também uma sociedade aberta de assistência mútua: se uma mulher está num “atoleiro”, acolhem-na, fazem uma coleta para ela. A mulher abandonada pelo seu homem merece no lavadouro, onde a presença masculina se reduz a meninos importunos, uma simpatia especial. Uma criança abandonada certamente aí encontra uma mãe, como conta o romance popular de Cardoze, La Reine du Lavoir (A Rainha do Lavadouro, 1893). Os lavadouros são locais de feminismo prático. As mulheres aí vêm várias vezes por semana, duas ou três em média, e frequentemente várias vezes por dia, no caminho da escola. (PERROT, 2017, p. 215)

A existência deste espaço de socialização para as mulheres vai se mostrando prejudicial à estrutura social e política pensada e mantida pelos homens. Essa atividade, que chegou a ser organizada em associações e cooperativas nas últimas décadas do século 19, vai ser mecanizada, industrializada, hierarquizada, compartimentada e reservada aos homens. Mesmo quando escapamos das lavanderias industriais, agora o tempo de lavar a roupa é um tempo solitário: as casas e mesmo os apartamentos têm lavanderias individuais.

O peso do trabalho doméstico é suportado individualmente, sem que haja a oportunidade de uma construção coletiva de soluções para a discussão de problemas comuns, de estabelecimentos de laços de solidariedade e de ajuda mútua.

A arquitetura – do espaço doméstico, dos prédios públicos, das cidades – é pensada por homens e para homens. É como se fosse uma manifestação concreta do controle dos homens sobre as mulheres. Falando nisso, a moda também serve como um dispositivo de controle. A ideia sobre o que é o corpo adequado, a roupa adequada, é usada contra as mulheres, para nos manter em um estado de permanente insatisfação com a gente mesma, de autocontrole, de negação de prazeres e busca por um ideal inalcançável.

Naomi Wolf ([1991] 2020) discorre sobre isso, analisando o poder das revistas femininas, a indústria das cirurgias plásticas, a pornografia combinada com a repressão da sexualidade feminina. Vou destacar um ponto aqui com vocês: o salto alto. O que faz o salto alto com o corpo das mulheres: deforma os pés, encurta o músculo da panturrilha, arruína a coluna... mas faz com que a gente se sinta poderosa, certo? Inicialmente pensados para manter os pés longe da sujeira em determinadas atividades e para que nobres parecessem mais altos, os saltos altos foram incorporados ao nosso guarda-roupa como um símbolo de poder.

Há quem diga que os homens gostam de mulheres de salto alto. Pensando na mecânica dos pés e das pernas em um salto alto (e tem pesquisas demonstrando que mulheres perdem o trem ou o ônibus por não conseguirem correr de salto), o uso de calçados assim nos tornam presas mais indefesas para os predadores. Ficamos mais vistosas e mais lentas.

Em pleno século 21, não nos incomodamos em não termos direito à cidade. Os homens podem caminhar a qualquer hora, em qualquer rua do centro das nossas cidades, mas nós não. E não fazemos muito barulho por isso, simplesmente deixamos de ocupar esses espaços.

Se pensarmos na vida no jardim e na praça, dentro e fora de casa, vamos notar que as limitações impostas social, cultural e politicamente às mulheres impactam na sua vida privada, na sua vida pública, no seu desenvolvimento pessoal e no desenvolvimento de toda a sociedade.

A literatura é tomada por homens exatamente por conta de restrições ao tempo livre das mulheres dentro de casa. Mesmo em tempos não pandêmicos, como encontrar tempo livre quando carregamos os deveres de cuidado e de manutenção? Ainda que contemporaneamente algumas tarefas relacionadas à casa e às crianças sejam divididas, parece que não largamos a responsabilidade de coordenar tudo, o que traz uma sobrecarga mental às mulheres.

Virginia Woolf, em uma famosa palestra ministrada em 1928, vai falar da dificuldade das mulheres de escreverem grandes romances, porque não tinham como se trancar por horas em um cômodo da casa para pensar nas personagens, para traçar sofisticados perfis psicológicos. As mulheres escreviam na sala, entre uma atividade e outra, sempre interrompidas pelas crianças e eventualmente pelo marido, o que levava a uma literatura menos densa, de sala de estar.

Chamando a atenção para o fato de que “demos à luz, criamos, banhamos e ensinamos, talvez até a idade de seis ou sete anos, um bilhão e seiscentos e vinte e três milhões [sete bilhões e oitocentos e sessenta milhões, em números de abril de 2021] de seres humanos que, de acordo com as estatísticas, existem neste momento, e isso, mesmo que tenhamos tido ajuda, leva tempo” (WOOLF, [1928] 2014, p. 157), a escritora traz as opiniões de homens sobre a inferioridade intelectual, moral e física das mulheres e aponta como uma coisa pode ser relacionada à outra.

Neste ano de pandemia, mais artigos científicos foram produzidos, mas, quando verificamos a produção intelectual por gênero, vemos que as mulheres produziram menos. Ou seja, quase um século depois, a ausência de “um teto todo seu” e a acumulação de tarefas não remuneradas e não valorizadas continuam a gerar impacto sobre o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres.

Com isso, quero dizer que a forma como a casa se estrutura causa um forte impacto na vida pública das mulheres. O tempo dedicado à vida pública, a disponibilidade para dedicar-se às discussões e à construção de soluções, ao planejamento, elaboração, execução e acompanhamento de políticas, à construção de laços sociais, à organização de associações, à liderança de projetos sociais, é bastante reduzido.

Então, vamos pensar juntas: há menos mulheres em destaque no mundo do trabalho, nas organizações sociais e na política do que homens, isso é fato. Mas, por que há menos mulheres do que homens? Por que não nos interessamos pelos espaços públicos? Por que não somos naturalmente inclinadas a ocupar posições de liderança?

Eu afirmo, sem medo, que nos interessamos pelos espaços públicos e temos competências e habilidades para liderar. O problema é que estamos por demais ocupadas na manutenção da vida cotidiana, tarefa que nos é imposta social e culturalmente. Não precisamos dar conta de tudo (e aqui incluo a casa, as crianças, as pessoas idosas, as roupas e a alimentação de todo mundo – inclusive de pessoas adultas e capazes que vivem com a gente), mas precisamos dar conta das questões públicas.

A ocupação dos espaços públicos pelas mulheres é urgente. E é urgente há muito tempo. Sem mulheres nos espaços de poder em empresas, associações, organizações, partidos políticos, parlamentos, secretarias, ministérios e governos, vamos manter a divisão como está. É preciso que a gente, inundando a esfera pública, ressignifique o nosso lugar.

Um homem público é um homem respeitado, que se dedica a questões públicas, que participa das decisões, que faz a roda do mundo girar. Uma mulher pública... bem, quando o adjetivo se aplica a uma mulher ele passa a ser negativo. Uma mulher pública não é uma mulher respeitável. Ao contrário.

O uso estratégico da linguagem serve a estruturas de poder. A linguagem não é neutra, ela nos constitui, ela determina o alcance e as possibilidades de nossa existência. Isso acontece na política, no direito, nas relações do dia a dia. E acontece com todo mundo. Aconteceu até mesmo com uma princesa.

Quando vamos pesquisar quem foram as mulheres que ocuparam cargos públicos no Brasil não precisamos ir além de cem anos. A Constituição de 1824, quando ainda éramos um Império, tinha disposições que garantiam a participação dos príncipes no Conselho de Estado e como senadores, quando completassem 18 e 25 anos, respectivamente. A Constituição também previa a possibilidade de uma mulher assumir o controle do Império. A princesa Isabel completou a idade indicada na Constituição, surgindo a questão de saber se ela poderia ou não participar do Conselho de Estado e se tornar senadora.

Em um debate político, houve quem defendesse que o uso do masculino neutro não excluía os direitos da princesa, mas ganhou a tese de que, para ter direitos políticos, as mulheres deveriam ser expressamente mencionadas pela Constituição.O que aconteceu com a princesa aconteceu também com as brasileiras no início da República. O texto constitucional de1891, nossa primeira Constituição republicana, não proibia as mulheres de se alistarem como eleitoras, mas a maioria das tentativas de participação política das mulheres foi negada por juízes, todos homens.

A partir de 1932, houve o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres, assim como uma forte incorporação no mundo do trabalho. Porém, havia muitas diferenças de direitos e liberdades entre mulheres casadas e mulheres solteiras e pouco acesso ao seu próprio patrimônio, a “um teto todo seu”.

O esporte sempre foi visto como uma dimensão do desenvolvimento pessoal e social e, além disso, tornou-se uma possibilidade de trabalho remunerado. Também no esporte, no entanto, há uma forte desigualdade de gênero, com mulheres sendo tratadas como objeto, com uniformes curtíssimos, desconfortáveis, com muito menos visibilidade e com premiações e salários muito menores que os dos homens.

Algumas pessoas podem dizer que tudo isso decorre de um menor interesse das pessoas pelos esportes praticados por mulheres e, por terem menos audiência, os prêmios e os salários são menores. Há duas questões que merecem ser destacadas. A primeira delas é que tratar o esporte como um espetáculo é uma invenção, muito mais desenvolvida em alguns países europeus e nos Estados Unidos, mas também presente no Brasil. O espetáculo (e o lucro derivado dele) é o que importa – tanto assim que os horários de jogos respondem ao interesse das emissoras; atletas são o que menos importa, como revela a continuidade dos campeonatos mesmo na pandemia.

Outra questão específica para o Brasil foi a proibição dos esportes para as mulheres. Aquele mesmo governante, que em 1932 editou um Código Eleitoral reconhecendo os direitos políticos das mulheres, em 1941 baixou um decreto-lei que estabelecia em seu artigo 54 que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. Vejam só a “natureza” sendo utilizada como argumento novamente aqui, em pleno século 20.

O futebol feminino já era praticado no país quando veio a proibição. Considerado contrário à “natureza feminina” a sua prática foi proibida, não apenas as competições. Mulheres não podiam jogar nos campos, nas ruas, nas praças. Futebol feminino virou atração de circo. A proibição durou até 1979. As restrições impostas às mulheres em relação aos seus corpos, no entanto, ainda se mantêm. Homens têm mais autonomia do que as mulheres no direito brasileiro. Em relação às opiniões, à participação em cargos de liderança na sociedade e na política, não há proibição. As amarras vêm da sociedade, das relações sociais, da cultura e das mentalidades. E, infelizmente, é mais difícil mudar as mentalidades do que mudar a lei. E nem sempre a história anda para a frente. Em muitos lugares houve retrocessos democráticos e reduções nos direitos das mulheres. É preciso garantir as conquistas alcançadas e caminhar, desatando os nós do espaço público.

4. CONSIDERAÇÕES E AÇÕES: E DAÍ, O QUE FAZER?

Mas como podemos fazer isso? Como podemos atuar na alteração das estruturas sociais que insistem em ver as mulheres como cidadãs de segunda classe? Como desconstruir o que nos nega liberdade, igualdade e fraternidade? Em primeiro lugar, precisamos nos dar conta da situação. Saber que não há nada de natural nas restrições que colocam ao nosso comportamento e ao nosso desenvolvimento. Isso não significa dizer que todas as mulheres devem agir de tal maneira ou pensar de determinada forma. Sempre uso mulheres no plural, porque sei que somos diferentes, somos múltiplas, somos plurais. O que quero afirmar aqui é a necessidade de que a gente perceba o que escolhemos, o que decidimos e o que nos é colocado externamente.

A partir dessa percepção, podemos começar a questionar as reações sociais às mulheres no espaço público. Perguntar mesmo por que não se indaga a um homem quem está com as crianças, por que não se faz análise minuciosa de suas roupas e cabelo, por que não se critica se está muito gordo ou muito magro? E dizer que essas questões não deveriam ser colocadas por ninguém e contra ninguém (nem mesmo para os homens).

Além disso, é preciso ocupar os espaços públicos, ressignificar o termo “mulher pública”. Exibir as características da política com orgulho. Tomar as rédeas do próprio destino, decidindo decidir. Falar de maneira assertiva, bater o pé quando for necessário, exigir respeito e consideração. Apresentar-se para uma vaga de liderança, de direção, de parlamentar e para o Poder Executivo. Arriscar-se.

Ao ocupar espaços de decisão, promover outras mulheres. Dar voz a outras mulheres, dar visibilidade, dar oportunidade. É preciso que a gente acabe com essa ideia de que as mulheres são competitivas: isso é outra construção social que serve para nos enfraquecer e para que os de sempre continuem tomando conta de tudo. Formem redes de apoio mútuo. Votem em mulheres e se apresentem como alternativa ao eleitorado. E ao conquistar a política, proponham leis que promovam a igualdade de gênero e elaborem políticas públicas que tornem a cidade mais adequada e mais segura para as mulheres. Chamem mais mulheres para construir as propostas. Inundem de mulheres todos os lugares, para que se “naturalize” que lugar de mulher é onde ela quiser.

SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO: PARA SABER MAIS

Tem muita gente escrevendo sobre mulheres e política, mulheres e sociedade, mulheres e produção científica. E tem muitos vídeos e canais sobre isso.

Para textos curtos, de pesquisadoras de diversos lugares, recomendo os livros do Instituto Política Por De Para Mulheres. Todos eles podem ser baixados, gratuitamente, no site da Editora Fi (https://www.editorafi.org/). Aqui podem ser encontrados textos sobre as diferenças de tratamento em virtude do gênero em múltiplos campos (https://www.editorafi.org/265mulheres), há textos que analisam também raça e classe junto ao gênero (https://www.editorafi.org/524resistencia) e há análises das vulnerabilidades das mulheres, intensificadas na pandemia (https://www.editorafi.org/130mulheres). Também tem um livro que foi publicado pela Editora Íthala, chamado Pesquisa e Diversidade. O blog A Fala (https://afala.com.br/a-fala/) traz textos potentes sobre vozes e corpos e indicações de leitura. A Visibilidade Feminina (https://visibilidadefeminina.org/) é uma organização que produz cartilhas, livros, notas e pareceres sobre muitos temas que interessam à questão das diferenças de gênero.

Uma das coisas mais interessantes que elas produziram foi a guia para candidatas (https://visibilidadefeminina.org/guia-candidatas), com a indicação dos principais pontos da legislação eleitoral, para que nenhuma mulher fique com dúvidas no momento de realizar sua campanha eleitoral e prestar contas. E um livro que é transformador (pelo menos foi para mim): Mulheres, raça e classe, da Ângela Davis.

PENSANDO JUNTAS

Destaques e anotações sobre as aulas da Profª Eneida,
elaborados pelas gestoras da Escola do Legislativo
Laura Josani Andrade Correa e Aline Covolo Ravara.

Depois de nos interarmos de que o lugar da mulher é onde ela quiser inclusive na política e de como esse tema está presente em nosso cotidiano, é hora de refletir sobre a participação feminina na sociedade através da política.

Uma dificuldade na realidade feminina, que se conecta com as aulas anteriores das professoras Melissa e Grazielly, é a questão de colocar ou não o sobrenome do marido. De acordo com Eneida Desiree, nesta situação fica a necessidade de sempre buscar as respostas nas diferentes experiências.

Em seguida, a professora Desiree aponta as condições precárias das mulheres devido ao acúmulo de funções durante a pandemia. Do agravamento ocasionado pelo aumento de tarefas invisíveis no trabalho remunerado e nas atividades domésticas que tomam o tempo de lazer e descanso das mulheres.

Somando esse raciocínio sobre a divisão das tarefas do lar durante a crise sanitária e as questões que nos chegam pelo nome (e sobrenome) fica a pergunta: Temos igualdade entre homens e mulheres no que se refere a direitos e obrigações? Não!

A nossa estrutura social é toda moldada pelo patriarcado que perpetua essa criação com atividades destinadas a meninos ou meninas, no qual certas tarefas dizem respeito ao gênero. A própria mãe reproduz essas desigualdades. Outra camada dessas injustiças é o atravessamento das questões de raça e de classe. Eneida trouxe um impactante depoimento de uma amiga que é mulher negra: “A minha pele é uma roupa errada”. O relato evidencia o preconceito racial que segrega o povo preto dos espaços sociais. Por isso a relevância de pensar a participação da mulher sempre trazendo os recortes de raça e classe.

A palestrante destaca que temos nossos apetites domesticados sejam eles quais forem, seja pelo sexo ou pelo alimento, a realidade feminina é modificada pela imposição de padrões de beleza inatingíveis que oprimem a mulher a cada passo. Para esse tema recomendamos a leitura de “O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres”, da autora Naomi Wolf. Além das questões da aparência, podemos pensar em inúmeras restrições e decisões quase compulsórias impostas pelo machismo estrutural: casamento, maternidade, cuidados com a casa e a família.

Outro ponto que interfere diretamente na atuação política feminina é a diferença de visão que temos sobre o homem público e a mulher pública. Enquanto o homem recebe os louros por suas ações no plano político a mulher sente as consequências do tratamento de ser “um corpo público”.

Assim, depois de tratar dos desdobramentos na vida das mulheres com a participação da mulher na sociedade e na política, veremos os aspectos social e jurídico de pensar a relação política e cidadania pelo ponto de vista feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Esse texto foi construído a partir de anos de leituras e reflexões. Algumas ideias foram tratadas de maneira mais científica em alguns artigos:

SALGADO, Eneida Desiree; GUIMARÃES, G.A.; ALTO, E.V.L.C.M. . Cotas de Gênero na Política: Entre a História, as Urnas e o Parlamento. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito (UFPB), v. 1, p. 156-182, 2015.

SALGADO, Eneida Desiree. O acesso das mulheres à representação política. Jota. 2016.

KREUZ, L. R. C.; SALGADO, Eneida Desiree. Estratégias eleitorais para aumento da representação de mulheres: experiências estadunidense e brasileira de apoio a candidaturas femininas. In: Bárbara Mendonça Bertotti; Ana Cristina Aguilar Viana; Letícia Cristina Camargo Kreuz; Renata Caleffi. (Org.). Gênero e resistência: Memórias do II Encontro de Pesquisa Por/De/Sobre Mulheres. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 91-114.

No texto aqui desenvolvido, usei diretamente quatro livros de quatro mulheres extraordinárias. O ano entre colchetes indica a data da primeira publicação.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020 [1991].

WOLLSTONECRAFT. Reivindicação dos direitos da mulher. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016 [1792].

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Tradução de Bia Nunes; Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014 [1928].

SOBRE A AUTORA (QUEM SOU EU)

Sou curitibana, de meia idade, servidora pública, desde que eu pude professora desde 2000, casada e tenho uma filha adolescente. Foi no magistério que me encontrei. Fiz graduação, mestrado e doutorado em Direito, tudo na Universidade Federal do Paraná, onde sou professora de Direito Constitucional e de Direito Eleitoral desde 2008. Ali, também lidero o Núcleo de Investigações Constitucionais e foi onde surgiu o Política/Por/De/Para Mulheres como grupo de pesquisa que coordeno. Depois do doutorado, fiz três pesquisas em outros lugares: uma sobre autoridade eleitoral no Instituto de Investigaciones Jurídicas na Universidade Nacional Autônoma do México; uma sobre democracia intrapartidária no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na UFPR; e outra sobre comportamento eleitoral no Center for the Study of Democracy, na Universidade da Califórnia, Irvine. Tenho artigos e livros sobre direito constitucional e direito eleitoral.